

Nova Cidade de Deus Participações S.A.

CNPJ 04.866.462/0001-47
Sede: Núcleo Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco, SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, acompanhadas das Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Sociedade registrou Lucro Líquido de R\$ 2.268.845 mil, Patrimônio Líquido de R\$ 27.738.448 mil.

Ativos Totais de R\$ 30.334.741 mil e deliberou aos acionistas o montante de R\$ 992.000 mil a título de Juros sobre o Capital Próprio. Colocamos-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil					Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de Dezembro - Em Reais mil				
Ativo	Nota	2024	2023		Passivo	Nota	2024	2023	
Circulante.....		1.893.146	2.377.042		Circulante.....		993.952	1.492.919	
Caixa e Equivalentes de Caixa.....	6	1.011.546	1.131.662		Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos a Pagar.....	16a	953.103	1.492.919	
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes.....	7	34.301	48.544		Outros Passivos.....		623	570	
Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos a Receber.....	16a	847.121	1.216.658		Impostos e Contribuições a Receber.....		38.226		
Outros Ativos.....		178	178		Não Circulante.....		1.602.341	1.608.475	
Não Circulante.....		28.441.595	27.008.004		Passivos Fiscais Diferidos.....	17e	167.975	139.152	
Realizável a Longo Prazo.....		2.600.634	2.500.324		Provisões Contingentes.....	9b	1.434.666	1.469.321	
Depósitos Judiciais.....	9c	1.434.666	1.336.553		Patrimônio Líquido.....		27.738.448	26.983.654	
Tributos a Compensar ou a Recuperar.....	17f	681.199	712.044		Capital Social.....	10a	13.900.000	13.900.000	
Ativos Fiscais Diferidos.....	17c	484.770	451.387		Reservas de Lucros.....	10d	13.824.006	12.547.161	
Investimentos.....		25.840.961	25.207.680		Outros Resultados Abrangentes.....		14.442	536.493	
Total do Ativo.....		30.334.741	30.083.046		Total do Passivo e Patrimônio Líquido.....		30.334.741	30.083.046	

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstração dos Resultados dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro - Em Reais mil					Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de Dezembro - Em Reais mil				
	Nota	2024	2023		Capital Social	Reservas de Lucros	Outros Resultados Abrangentes	Lucros/Prejuízos Acumulados	Totais
Receitas Operacionais.....		2.262.104	2.296.215		Legal	Estatutária			
Resultado de Equivalência Patrimonial.....	8	2.256.463	2.258.779						
Outras Receitas Operacionais.....	15	269	32.451						
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos.....	11	3.366	4.005						
Despesas Operacionais.....		(115.143)	(174.340)						
Despesas Tributárias.....	12	(174.957)	(176.812)						
Despesas Gerais e Administrativas.....	13	(824)	(824)						
Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras e dos Tributos.....		2.146.961	2.115.779						
Resultado Financeiro.....		160.535	243.370						
Receitas Financeiras.....	14	258.668	503.869						
Despesas Financeiras.....	14	(98.135)	(260.499)						
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro.....		2.307.496	2.359.149						
Imposto de Renda e Contribuição Social.....	17	(38.651)	(2.000)						
Lucro Líquido do Exercício.....		2.268.845	2.357.149						
Número de ações por mil.....		726.553	726.553						
Lucro Líquido por lote de mil ações em R\$.....	10b	312	324						

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa em 31 de Dezembro - Em Reais mil					Demonstração do Resultado Abrangente em 31 de Dezembro - Em Reais mil				
	2024	2023				2024	2023		
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:					Lucro Líquido do Exercício.....		2.268.845	2.357.149	
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social.....					Itens que podem ser Subsequentemente Reclassificados para o Resultado Abangente.....				
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos.....					Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes.....		(522.051)	316.593	
Resultado de Equivalência Patrimonial.....					Provisões sobre Depósitos Judiciais, dentre outros, são registrados no balanço e no seu valor recuperável.....				
Juros, Variações Monetárias Líquidas e Outras.....					Ajuste a Valor Justo - Ativos Financeiros.....		(14.242)	1.111	
Provisão para Obrigações Legais.....					Efeito dos Impostos.....		4.842	(378)	
Lucro Líquido Ajustado.....					Total do Resultado Abrangente do Exercício.....		1.746.794	2.673.742	
(Aumento)/Redução em Outros Ativos.....									
Aumento/(Redução) em Obrigações.....									
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos.....									
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades Operacionais.....									
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:									
Aumento de Capital em Investimentos de Controladas e Coligadas.....									
(Aumento)/Redução em Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes.....									
Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos Recebidos.....									
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades de Investimentos.....									
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:									
Contrato de Mútuo.....									
Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos Recebidos.....									
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades de Financiamentos.....									
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa.....									
Início do Exercício.....									
Fim do Exercício.....									
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa.....									

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Nova Cidade de Deus Participações S.A. ("Sociedade") é uma empresa que tem por objetivo a participação no capital de outras sociedades, especialmente, as que determinam, direta ou indiretamente, parcelas do capital votante do Banco Brasileiro S.A. ("Banco").

2) POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As demonstrações financeiras da Sociedade foram elaboradas de forma consistente entre os exercícios, e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2024. A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão.

2.1) Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a mensuração dos ativos e seu valor justo, quando aplicável.

A Sociedade adotou a opção prevista no CPC 36 que dispensa a apresentação de demonstrações financeiras quando uma entidade é controlada de outra entidade que divulga demonstrações financeiras consolidadas, e quando acionistas deliberam pela adoção dessa opção. Assim sendo, não estão sendo apresentadas demonstrações financeiras consolidadas.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base na declaração acionista, que pressupõe que a Sociedade conseguirá cumprir suas obrigações conforme os prazos contratuais.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Administração em 27 de março de 2025.

2.2) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Sociedade atua, que é o Real (R\$). As demonstrações estão sendo apresentadas em milhares de reais.

2.3) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são utilizados para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional e as aplicações financeiras, que são prontamente convertíveis em caixa ou possuem prazo igual ou inferior 90 dias, e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

2.4) Ativos financeiros

A Sociedade classifica seus ativos financeiros sob as categorias: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR); e (iii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VORA - Patrimônio Líquido).

• Mensurados ao custo amortizado

São ativos financeiros mantidos dentro do modelo de negócios, cujo propósito seja o de receber os seus fluxos de caixa contratuais, e os seus termos contratuais deem origem, exclusivamente, a pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método de Juros Efetivos. O valor contábil bruto é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

• Mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR)

Os ativos financeiros mensurados a VJR são reconhecidos e inicialmente mensurados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações subsequentes do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado, incluindo juros ou receita de dividendos.

São ativos mantidos pela Sociedade com o propósito de negociá-los no curto prazo ou mantê-los como parte de uma carteira administrada em conjunto para obtenção de lucro a curto prazo ou para tomada de posições, ou eventualmente, aqueles ativos que não atendem ao teste SPPI (Solely Payment of Principal and Interest). Os instrumentos financeiros derivativos, também, são classificados como VJR.

Teste SPPI: O objetivo deste teste é avaliar os termos contratuais dos instrumentos financeiros para determinar se eles geram o fluxo de caixa em datas específicas que se enquadram como somente pagamento de principal e juros sobre o montante principal.

• Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VORA)

São reconhecidos inicialmente a valor justo, mais os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou a sua emissão e são mensurados, subsequentemente, a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos em outros resultados abrangentes, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável e dos ganhos e perdas cambiais de conversão, até que o ativo financeiro deixe de ser reconhecido. As perdas de crédito esperadas são registradas na demonstração do resultado em contrapartida a outros resultados abrangentes, não tendo impacto no valor contábil bruto do ativo.

• Metodologia de apuração do valor de mercado

O valor de mercado dos ativos financeiros é apurado de acordo com a cotação dos preços cotados para ativos ou passivos similares, preços cotados em mercados não ativos ou outros dados, que são observáveis no mercado, incluindo, mas não limitados a curvas de rendimento, taxas de juros, volatilidades, preços de futuros de divisões e taxas de câmbio para, substancialmente, todo o prazo dos ativos ou passivos.

2.5) Determinação do valor justo

O valor justo dos ativos financeiros é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definições de preços, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.

Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação de seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

As aplicações em fundos de investimento são avaliadas com base no valor da carta divulgada pelo Administrador do fundo investidor, que reflete o valor de mercado dos investimentos que compõem a carteira do respectivo fundo.

2.6) Investimentos

Os investimentos em Sociedades controladas e coligadas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, reconhecido no resultado do exercício como receita (ou despesa) operacional.

São classificados como controladas as entidades sobre as quais a Sociedade exerce controle, ou seja, quando detém o poder de exercer a maioria dos direitos a voto. Poderá ainda existir controle quando a Sociedade possua, direta ou indiretamente, preponderâncias de gerir as políticas financeiras e operacionais de determinadas entidades para obter benefícios em suas atividades, mesmo que a percentagem que detém sobre o seu capital próprio for inferior a 50%. A existência de efeito de potenciais direitos a voto, que são atualmente exercíveis ou convertíveis, são levados em consideração ao avaliar se a Sociedade controla outra entidade. As coligadas são aquelas entidades nas quais a Sociedade, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não o controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais.

O resultado das controladas e coligadas adquiridas ou vendidas durante os exercícios são incluídos nas demonstrações financeiras a partir da data efetiva de aquisição ou até a data em que o controle cessa de existir.

2.7) Ágio (Goodwill)

O ágio (ou deságio) é originado no processo de aquisição de controladas, coligadas e joint ventures. O ágio representa o excesso do custo de aquisição em razão do interesse da Sociedade sobre o valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis adquiridos de uma controlada e coligada na data da aquisição. O ágio originado na aquisição de controladas e coligadas é incluído no valor dos investimentos. Quando a diferença, entre o custo de aquisição e o valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis, for negativo (ganho por compra vantajosa), este é reconhecido imediatamente no resultado como ganho na data de aquisição.

O ágio é testado anualmente e sempre que for observado um evento que cause a redução ao valor recuperável, comparando-se valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados de uma entidade geradora de caixa ao valor contábil de seus ativos líquidos, incluindo o ágio atribuível e contabilizado ao custo deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável de ágio não podem ser revertidas. Ganhos e perdas auferidos na venda de uma entidade incluído no valor contábil do ágio relativo à entidade vendida.

Demonstração do Resultado Abrangente em 31 de Dezembro - Em Reais mil				
	2024	2023		
Lucro Líquido do Exercício.....				
Itens que podem ser Subsequentemente Reclassificados para o Resultado Abangente.....				
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes.....			(522.051)	316.593
Provisões sobre Depósitos Judiciais, dentre outros, são registrados no balanço e no seu valor recuperável.....				
Ajuste a Valor Justo - Ativos Financeiros.....			(14.242)	1.111
Efeito dos Impostos.....			4.842	(378)
Total do Resultado Abrangente do Exercício.....			1.746.794	2.673.742

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

2.8) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)
Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor recuperável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderiam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.
Uma perda por redução ao valor recuperável (impairment) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil exceder o valor recuperável.
A Sociedade avalia, ao final de cada exercício, se existem evidências objetivas de deterioração de seus ativos. Caso se confirme a existência de impactos nos fluxos de caixa pela deterioração de seus ativos e estão podendo ser estimada de maneira confiável, reconhece no resultado a perda por impairment. Nos exercícios de 2024 e de 2023, não houve perda por impairment.

2.9) Provisões, ativos e passivos contingentes
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas são efetuados de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, sendo:
• Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabiam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
• Provisões: são consideradas quando há uma obrigação presente, a maturação das ações, a maturação dos processos em andamento, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança; e
• Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada no futuro, se os eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da entidade ocorrerem. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisões e não são divulgadas.

2.10) Patrimônio líquido

a) Lucro por ação

A Sociedade apresenta dados de lucro por ação básico. O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas da Sociedade pela quantidade média das ações ordinárias em circulação no ano, excluindo a quantidade média das ações ordinárias adquiridas pela Sociedade e mantidas em tesouraria. Não há fatores de diluição do lucro.

b) Juros sobre o capital próprio/dividendos

A distribuição de Juros sobre o capital próprio e/ou dividendos para os acionistas da Sociedade é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição dos Juros sobre o capital próprio/dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto Social da Sociedade.

2.11) Resultado financeiro

As receitas financeiras abrangem rendas sobre fundos de investimentos financeiros, certificados de depósitos Bancários, Letras Financeiras e demais ativos financeiros. As receitas de Juros são reconhecidas no resultado, através do método dos Juros Efetivos.

2.12) Imposto de renda e contribuição social

Os ativos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social, sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias, são registrados na rubrica "Ativos Fiscais Diferidos", e as provisões para as obrigações fiscais diferidas sobre ajustes a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários, ativos financeiros e passivos contingentes, são registrados na rubrica "Passivos Fiscais Diferidos".
Os ativos fiscais diferidos sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. São ativos fiscais diferidos não reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.
A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 10% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A provisão para contribuição social é constituída sobre o lucro antes do imposto de renda, considerando a alíquota de 9%.

Para constituição de provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a demonstração dos seus cálculos, a origem e previsão de realização dos ativos fiscais diferidos estão apresentados na Nota 17.

2.13) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados das períodos em que ocorrem, sempre, e simultaneamente, quando se correlacionarem, independentemente, do recebimento ou pagamento. O resultado abrangente é apurado partindo do lucro líquido do período e incluindo os ajustes de avaliação patrimonial.

2.14) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base pro rata di) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base pro rata di).

2.15) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

Os eventos subsequentes, quando existirem, serão descritos no final das notas explicativas.

3) NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS

a) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2024

Alterações do IFRS 16 (correlacionado ao CPC 06) - Arrendamentos - As mudanças, emitidas em setembro de 2022, previam a adoção de requisitos sobre como uma entidade contabiliza uma venda de um ativo e arrenda esse mesmo ativo de volta (leaseback), após a data inicial da transação. Em resumo, o vendedor-arrendatário não deve reconhecer nenhum ganho ou perda referente ao direito de uso retido por ele. As alterações entrarão em vigor em 1º de janeiro de 2024. Não foram identificados impactos na Sociedade.
Alterações do IFRS 7 e do IFRS 9 (correlacionado ao CPC 03 e CPC 40) - Demonstrações dos Fluxos de Caixa e Instrumentos Financeiros: Evidênciação das mudanças nas Táticas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras - As alterações, emitidas em agosto de 2023, exigem que sejam fornecidas informações úteis e completas nas demonstrações financeiras de uma companhia quando uma moeda não puder ser convertida por outra. A norma estabelece que as companhias adotem uma abordagem uniforme ao avaliar a possibilidade de conversão entre diferentes moedas, não sendo possível a conversão, deve-se determinar uma taxa de câmbio a ser utilizada e divulgar essa situação de forma adequada. Estas alterações entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025 e a Sociedade concluiu que não haverá impactos iniciais com a aplicação desta norma.
IFRS 18 - Apresentação e Divulgação em Demonstrações Financeiras - A norma, emitida em abril de 2023, introduz novas exigências para melhor a divulgação do desempenho financeiro das empresas, tais como: três categorias definidas para receitas e despesas - operacional, investimentos e financeiros - e novos subtotais definidos, incluindo o lucro operacional; divulgação de

Nova Cidade de Deus Participações S.A.

CNPJ 04.866.462/0001-47
Sede: Núcleo Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco, SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

4) ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS RELEVANTES

A apresentação das demonstrações financeiras, em conformidade com os princípios de reconhecimento e mensuração pelos padrões de contabilidade emitidos pelo CPC, requer que a Administração da Sociedade formule julgamentos, estimativas e pressupostos que poderão afetar o valor dos ativos e passivos apresentados. Essas estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada período e nas ações que se planeja realizar, sendo permanentemente revisadas com base nas informações disponíveis. Alterações nos fatos e circunstâncias podem conduzir à revisão nas estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão divergir das estimativas.

As estimativas e os pressupostos significativos utilizados pela Administração da Sociedade estão assim apresentados:

Classificação e avaliação dos ativos financeiros

A classificação dos ativos financeiros é baseada tanto no modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. O tratamento contábil dos títulos que possuímos depende da respectiva classificação.

Estimamos o valor justo utilizando preços cotados de mercado, quando disponíveis. Observamos que o valor pode ser afetado pelo volume de ações negociadas e pode, também, não refletir os "preços de controle" resultantes dos acordos de acionistas. Entretanto, a Administração acredita que os preços cotados de mercado são os melhores indicadores do valor justo. Na determinação do valor justo, quando os preços cotados de mercado não estão disponíveis, há o julgamento da Administração, já que os modelos são dependentes de nosso julgamento com relação a que peso atribuir aos diferentes fatores e à qualidade das informações que recebemos. O julgamento deve determinar, inclusive, se um decréscimo no valor justo abaixo do custo avaliado de um título mencionado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes não é temporário, de maneira a exigir que seja possível reconhecer uma desvalorização do custo avaliado e que se possa refletir a redução como despesa. Para avaliar se uma desvalorização não é temporária, a Administração decide qual período histórico deve ser considerado e qual severa uma perda pode ser reconhecida. Esses métodos de avaliação podem levar a Sociedade a resultados diferentes, caso as suposições e estimativas utilizadas não se confirmarem posteriormente.

Provisões e passivos contingentes

As provisões são revisadas regularmente, e constituídas, sempre que a perda for avaliada como provável, levando-se em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais.

8) INVESTIMENTOS

Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial bem como os valores dos investimentos estão demonstrados a seguir:

Empresas	Capital social	Patrimônio líquido	Resultado	Quantidade de ações possuídas (em mil)		Participação no capital social (%)	Total dos investimentos		Ajuste decorrente de avaliação (2)	
				2024	2023		2024	2023	2024	2023
Cidade de Deus Cia. Cif. de Participações ("Cidade de Deus") (3) ...	27.500.000	52.481.353	4.588.851	3.758.224	-	47,83	24.534.039	2.198.980	2.198.980	-
Bradespar (a) (6) ...	4.600.125	4.483.957	1.192.208	1.892	-	0,48	40.828	5.482	5.482	8.791
Titanium Holdings S.A. ("Titanium") ...	410.320	772.574	53.472	58.657	-	53,00	409.472	381.401	28.341	35.644
NCF Participações S.A. ("NCF") (1) (4) ...	11.335.195	21.005.430	1.567.137	2.864	-	0,08	16.616	15.237	1.226	1.124
Bradesco (1) (4) ...	87.000.000	168.409.653	17.252.900	14.306	-	0,14	236.688	232.778	23.461	19.240
Agio - Bradespar (5) ...	-	-	-	-	-	-	2.820	2.820	-	-
Agio - Cidade de Deus (5) ...	-	-	-	-	-	-	3.702	3.702	-	-
Total				25.840.961	25.207.680		2.258.469	2.258.779		

(1) Dados relativos às demonstrações financeiras em IFRS de 31 de dezembro de 2024;

(2) Considera os resultados apurados pelas investidas e juros sobre o capital próprio deliberado com base no resultado das investidas no valor de R\$ 1.110.927 - (2023 - R\$ 1.733.096), incluindo variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado;

(3) Os principais ativos da Cidade de Deus referem-se, basicamente, à sua participação acionária no Bradesco (22,89%) e na Bradespar (12,98%);

(4) A Administração possui avaliação que demonstre que a Sociedade possui influência significativa nas investidas, por meio de representação no Conselho de Administração e na Diretoria da investida;

(5) O Agio está fundamentado na má-vontade das ações; e

(6) Empresa holding com o seu resultado oriundo, basicamente, da equivalência patrimonial e investimento com influência significativa (Vale S.A.), portanto, está sujeita, principalmente, ao impacto das variáveis advindas do seu investimento sobre os resultados do negócio (risco de mercado), os riscos provenientes de obrigações assumidas por terceiros para com a Sociedade (risco de crédito), aqueles inerentes a processos internos (risco operacional), aqueles oriundos de fatores econômicos (risco de liquidez) e aqueles advindos da exploração de recursos naturais (risco ambiental).

9) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis

A Sociedade é parte em processos judiciais, de natureza fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Os principais processos referem-se a: (i) não inclusão, na base de cálculo do PIS e da Cofins, dos juros sobre o Capital Próprio recebidos da investida; e (ii) a não tributação das receitas financeiras. Os valores dos tributos relacionados aos passivos contingentes são apurados mensalmente, depositados em conta judicial e registrada na rubrica "Depósitos Judiciais", corresponde ao montante de R\$ 1.434.666 (2023 - R\$ 1.336.533). A Administração da Sociedade entende que a provisão constituída é suficiente para atender as perdas decorrentes dos respectivos processos.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por depósitos judiciais, sobre os quais não cabia mais recursos, ou a sua prescrição.

A Sociedade não possui contingências civis e trabalhistas, classificadas como prováveis e possíveis, que deveriam ser provisionadas ou divulgadas, respectivamente, em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

Provisões contingentes

	Em 31 de dezembro	
	2024	2023
No início do exercício	1.469.321	1.176.475
Atualizações monetárias	98.133	78.745
Constituições líquidas de (reversões e baixas)	(132.788)	178.605
No final do exercício	1.434.666	1.469.321

As provisões referentes às ações judiciais da Sociedade são consideradas de longo prazo, devido à imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judicial brasileiro, razão pela qual não divulgamos a estimativa quanto ao cronograma de saída de benefícios econômicos.

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Sociedade mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que figura como "autora" ou "ré" e amparada na opinião dos assessores jurídicos classifica as ações de acordo com a expectativa de sucesso. Periodicamente, são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivas, se necessário, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente e totalizaram, em 31 de dezembro de 2024, R\$ 73.293 (2023 - R\$ 67.705) para os processos fiscais.

O processo fiscal referente ao recebimento de nota de infração de cobrança de suposto IOP devido em relação às operações de mútuo dos anos de 2018 e 2019.

10) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em ações

O Capital Social, totalmente subscrito e integralizado no montante de R\$ 13.900.000 (2023 - R\$ 13.900.000), é dividido em ações nominativas-iscrituras, sem valor nominal.

	Em 31 de dezembro (em quantidade)	
	2024	2023
Ordinárias - Classe "A" (1)	528.159.238	528.159.238
Ordinárias - Classe "B" (1)	24.618.495	24.618.495
Preferências	373.794.914	373.794.914
Total	726.552.647	726.552.647

(1) As ações ordinárias, classe "A", terão como titulares pessoas físicas, que sejam diretores ou que tenham passado de diretores a membros do Conselho de Administração do Bradesco ou pessoas jurídicas, na forma de sociedade considerada como "controladora"; e

(II) As ações ordinárias, classe "B", terão como titulares pessoas físicas, que sejam diretores ou que tenham passado de diretores a membros do Conselho de Administração do Bradesco ou pessoas jurídicas, na forma de sociedades comerciais ou civis, cujas ações ou cotas, com direito a voto, pertençam na sua maioria, metade mais uma, a pessoas que satisfaçam os requisitos do item I.

b) Lucro por ação básico

O cálculo do lucro por ação básico, tendo como base a quantidade média ponderada das ações ordinárias e preferências em circulação, não havendo fatores de diluição do lucro, cujos cálculos estão demonstrados a seguir:

	Em 31 de dezembro	
	2024	2023
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores	2.268.845	2.357.149
Número médio ponderado de ações em circulação (em milhares)	726.553	726.553
Lucro por ação básico atribuível aos acionistas controladores (em Reais)	3,12	3,24

c) Lucro por ação diluído

O lucro por ação diluído não difere do lucro por ação básico, pois não há instrumentos potenciais diluíveis.

d) Reservas de lucros

	Em 31 de dezembro	
	2024	2023
- Reserva legal (1)	1.398.395	1.264.953
- Reserva estatutária (II)	12.425.611	11.262.208
Total	13.824.006	12.547.161

(I) A reserva legal é constituída obrigatoriamente a base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social integralizado. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social; e

(II) A reserva estatutária visa à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, podendo ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do capital social integralizado.

Em observância ao que dispõe o artigo 192 da Lei nº 6.404/76, juntamente com as demonstrações financeiras, será apresentada proposta sobre a destinação do resultado a ser dada ao lucro líquido do exercício. Quando o saldo das reservas de lucros ultrapassarem o limite exigido, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização como aumento de capital social ou na distribuição de dividendos (artigo 199).

e) Juros sobre o capital próprio e dividendos

Conforme disposição estatutária, aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendos, que somados correspondam, no mínimo, a 1% do lucro líquido do exercício, conforme estatuto social.

O cálculo dos juros sobre o capital próprio, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023, está demonstrado a seguir:

	2024		2023	
		% (1)		% (1)
Lucro líquido do exercício	2.268.845		2.357.149	
Reserva legal	(113.442)		(111.307)	
Base de cálculo	2.155.403		2.246.042	
Juros sobre o capital próprio (bruto) (2)	992.000		1.788.300	
Imposto de renda retido na fonte - 15% (3)	(36.897)		(63.903)	
Total geral de juros sobre o capital próprio (líquido)	955.103	44,3	1.654.197	73,6

(1) Percentual dos juros sobre o capital próprio sobre a base de cálculo;

(2) IPC deliberados em 20 de junho de 2024 (pago em 31 de janeiro de 2023) e 19 de dezembro de 2024, que será pago 30 de abril e 31 de julho de 2025; e

(3) Não contempla o Imposto de Renda Retido na Fonte ("IRRF"), referente aos juros sobre o capital próprio dos acionistas isentos.

11) JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO E DIVIDENDOS

Referem-se a dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, no montante de R\$ 3.366 (2023 - R\$ 4.005).

12) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercício findo em 31 de dezembro	
	2024	2023
Contribuição à Cofins	94.913	147.443
Contribuição ao PIS	20.040	31.159
Outras	4	10
Total	114.957	178.612

13) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Exercício findo em 31 de dezembro	
	2024	2023
Serviços de terceiros	65	416
Edições e publicações	84	45
Honorários de êxito	39	363
Total	186	824

Reconhecimento de ativos fiscais diferidos

Demonstração de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados.

5) GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Sociedade não apresenta riscos significativos em suas operações próprias, exceto os riscos relacionados aos investimentos diretos/indiretos, do Banco Bradesco S.A. ("Bradesco") e da Bradespar S.A. ("Bradespar"), os quais têm seu gerenciamento de risco de crédito, risco de mercado e risco de liquidez realizado pela Organização Bradesco ("Organização"), de maneira corporativa e centralizada, sendo um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

6) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro	
	2024	2023
Certificado de depósito bancário - CDB (1)	958.783	1.113.662
Fundos de investimentos (1)	52.763	113.662
Total de caixa e equivalentes de caixa	1.011.546	1.113.662

(1) Esta aplicação financeira foi avaliada pela Administração à luz do CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa e foi considerada como equivalente de caixa em função da sua essência que é o gerenciamento do caixa, inclusive contando com resgates automáticos diários. Conforme consta na Nota 2.3, os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros propósitos.

7) ATIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRRANGENTES

Referem-se a 828.811 ações ordinárias nominativas-escrituras, de emissão da Vale S.A. (Vale), recebidas pela redução de capital da Investida Bradespar, classificadas como Nível 1, cujo valor em 31 de dezembro de 2024 era de R\$ 34.307 (2023 - R\$ 48.544), sendo o custo atualizado de R\$ 25.315 (2023 - R\$ 25.315) e ajuste a valor justo de R\$ 8.986 (2023 - R\$ 23.229).

	Em 31 de dezembro	
	2024	2023
Empresas	Capital social	Patrimônio líquido
Cidade de Deus Cia. Cif. de Participações ("Cidade de Deus") (3) ...	27.500.000	52.481.353
Bradespar (a) (6) ...	4.600.125	4.483.957
Titanium Holdings S.A. ("Titanium") ...	410.320	772.574
NCF Participações S.A. ("NCF") (1) (4) ...	11.335.195	21.005.430
Bradesco (1) (4) ...	87.000.000	168.409.653
Agio - Bradespar (5) ...	-	-
Agio - Cidade de Deus (5) ...	-	-
Total	25.840.961	25.207.680

(1) Dados relativos às demonstrações financeiras em IFRS de 31 de dezembro de 2024;

(2) Considera os resultados apurados pelas investidas e juros sobre o capital próprio deliberado com base no resultado das investidas no valor de R\$ 1.110.927 - (2023 - R\$ 1.733.096), incluindo variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado;

(3) Os principais ativos da Cidade de Deus referem-se, basicamente, à sua participação acionária no Bradesco (22,89%) e na Bradespar (12,98%);

(4) A Administração possui avaliação que demonstre que a Sociedade possui influência significativa nas investidas, por meio de representação no Conselho de Administração e na Diretoria da investida;

(5) O Agio está fundamentado na má-vontade das ações; e

(6) Empresa holding com o seu resultado oriundo, basicamente, da equivalência patrimonial e investimento com influência significativa (Vale S.A.), portanto, está sujeita, principalmente, ao impacto das variáveis advindas do seu investimento sobre os resultados do negócio (risco de mercado), os riscos provenientes de obrigações assumidas por terceiros para com a Sociedade (risco de crédito), aqueles inerentes a processos internos (risco operacional), aqueles oriundos de fatores econômicos (risco de liquidez) e aqueles advindos da exploração de recursos naturais (risco ambiental).

14) RESULTADO FINANCEIRO

	Exercício findo em 31 de dezembro	
	2024	2023
Receitas financeiras		
Juros ativos	147.261	177.521
Rendimento de aplicações em certificado de depósito bancário	105.477	40.469
Atualização Selic créditos de impostos	3.084	11.574
Rendimento de aplicações em Fundos de Investimentos	2.946	-
Rendimento de aplicações em letras financeiras	-	61.024
Atualização monetária - mútuos	-	213.281
Total	258.668	503.869
Despesas financeiras		
Atualização monetária - passivos contingentes	(98.133)	(114.245)
Atualização monetária - mútuos	-	(146.254)
Total	(98.133)	(260.499)
Resultado financeiro	160.535	243.370

15) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

Refere-se a inadimplências tributárias no montante de R\$ 269 (2023 - R\$ 32.431).

16) PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, quando aplicável, vigentes nas datas das operações.

a) As transações com partes relacionadas estão assim representadas:

	Controlador (1)		Influência significativa (2)		Controle conjunto e coligadas (3)		Total	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Ativos								
Ativos e Equivalentes de Caixa	-	-	958.783	1.113.662	-	-	958.783	1.113.662
Juros sobre o capital próprio/ Dividendos a receber	-	-	10.981	8.848	835.862	1.205.810	846.843	1.216.558
Passivos								
Juros sobre o capital próprio a pagar	955.103	1.492.349	-	-	-	-	955.103	1.492.349

	Controlador (1)		Influência significativa (2)		Controle conjunto e coligadas (3)		Total	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Receitas/(despesas) de juros sobre o capital próprio	-	213.281	-	(37.156)	-	(109.098)	-	67.027
Receitas de aplicações	(992.000)	(1.718.100)	17.292	17.940	1.093.635	1.715.156	118.927	14.996
Receitas de aplicações	-	-	105.477	101.493	-	-	105.477	101.493

(1) BDO Participações S.A. ("BDO") e Fundação Bradesco ("Fundação");

(2) Bradesco, Bradespar e NCF; e

(3) Cidade de Deus e Titanium.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Os administradores não recebem qualquer remuneração pelos cargos que ocupam nos órgãos da Sociedade.

17) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

		Exercício findo em 31 de dezembro	
		2024	2023
31 de dezembro	Resultado antes dos tributos (imposto de renda e contribuição social)	2.307.496	2.359.149
	Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(784.549)	(802.111)
	Resultado antes dos tributos		
	Participações em colúptas e cotroladas, tributadas nas empresas correspondentes	767.879	767.985
	Despesas indeductíveis liquadas de retribuição aos tributos	26.174	26.174
	Juros sobre o capital próprio (recebidos e a receber)	(377.715)	(589.253)
	Juros sobre o capital próprio (pagos e a pagar)	337.280	584.154
	Outros valores	24	11.021
	Resultado antes dos tributos e contribuição social do exercíco	(38.651)	(2.000)

Nova Cidade de Deus Participações S.A.

CNPJ 04.866.462/0001-47

Sede: Núcleo Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco, SP

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da
Nova Cidade de Deus Participações S.A.
Osasco - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Nova Cidade de Deus Participações S.A. ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Nova Cidade de Deus Participações S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de

segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de março de 2025.



KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP-027685/O-0 F-SP

Cláudio Rogério Sertório
Contador CRC ISP212059/O-0



Documento assinado digitalmente
conforme MP nº 2.200-2 de
24/08/2001, que institui a Infraestrutura
de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil
<https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2025/03/28/NOVACIDADE1581619228032025.pdf>
Hash: 17431153223062b9ad7b244f5b963e79a703f854e

Certificado por Editora Globo SA
04067191000160 Pub: 28/03/2025
A autenticidade deste documento
pode ser conferida através do QR Code
ou pelo link